



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 80H

PROFESSORES RESPONSÁVEIS: DR. DORISVALDER DIAS NUNES; DR. MICHEL WATANABE E DRa. ADRIANA CRISTINA DA SILVA NUNES

### EMENTA:

Fundamentos teóricos da temática Ambiental: histórico e conceitos básicos; Abordagens conceituais e origem da Gestão; Teoria dos Bens Comuns; Os principais Tratados Internacionais sobre Meio Ambiente; Instrumentos Econômicos, Legais e práticas para a Gestão Ambiental; Gestão e Auditoria Ambiental na Empresa: as certificações de qualidade ambiental; Auditorias Ambientais: Tipos, Classificações; Etapas, licenciamentos, Objetivos e Legislação; Laudos, Perícias e Relatórios Técnicos Ambientais; Gestão Ambiental e as Unidades de Conservação: aplicação da teoria do equilíbrio dinâmico, Gestão e Auditoria Ambiental em Áreas Urbanas; Gestão Auditoria Ambiental na Amazônia; métodos aplicados à Gestão e Auditoria Ambiental

### OBJETIVOS:

- Estabelecer um debate sobre meio ambiente dentro da noção de multidisciplinaridade;
- Identificar os principais instrumentos para implementação da Gestão Ambiental;
- Analisar o papel do Poder Público e as relações entre os diversos atores sociais e o meio ambiente;
- Discutir o conceito de Desenvolvimento Sustentável a partir da Gestão Ambiental.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Introdução ao Debate Ambiental;
- Principais conceitos sobre meio ambiente, Gestão Ambiental e Políticas Públicas;
- Institucionalização da Questão Ambiental no Brasil;
- Introdução histórica dos principais tratados sobre a temática ambiental;
- Os bens comuns;
- A noção de externalidade ambiental;
- Gestão Ambiental e Legislação: instrumentos e práticas para implementação;
- Gestão Ambiental na Empresa;
- Auditoria Ambiental: princípios e práticas
- O laudo ambiental;
- Gestão Ambiental aplicada à conservação: uso da teoria do Equilíbrio dinâmico;
- Gestão Ambiental e a Questão Urbana;
- Gestão Ambiental na Amazônia;
- Algumas dificuldades de implementação da Gestão Ambiental na Amazônia.

### AVALIAÇÃO:

A avaliação constará de cinco etapas, com pontuação de 0 a 100 em todas elas. A média final será dada pelo somatório das etapas dividido por 5, conforme descrito a seguir:

Avaliação **01** – Presença às aulas dentro dos horários acordados: 0 a 100 pontos

Avaliação **02** – Participação efetiva em sala de aula nos debates, exposições e seminários: 0 a 100 pontos

Avaliação **03** – Participação e Exposição de textos no Seminário Temático: 0 a 100 pontos

**Obs.: Para avaliação 03 os textos serão encaminhados por e-mail a cada pós-graduando**

Avaliação **04** – Participação, e Apresentação na forma de seminário do trabalho de Consultoria Técnica sobre Gestão em U.C.: 0 a 100 pontos

**Obs.: Para avaliação 04 consultar o Anexo I**

Avaliação **05** – Entrega de Relatório sobre a Consultoria Técnica apresentada no Seminário: 0 a 100 pontos

**Obs.: Para avaliação 05 consultar o Anexo II.**

### MÉTODOS UTILIZADOS:

As aulas serão teórico-expositivas via sistema **Google Meet**, em função da pandemia do Covid-19.

**OBS:** Os textos estão divididos em dois blocos:

Bloco 1 – Textos relacionados às exposições dos docentes em sala de aula na primeira semana.

Bloco 2 – Textos selecionados para exposição temática dos pós-graduandos no formato de Seminário/Colóquio. Nessas apresentações é importante relacionar com a disciplina de Gestão Ambiental e com outros trabalhos similares.

### BIBLIOGRAFIA:

AB'SABER, Aziz. **Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método**. Estud. av., São Paulo, v. 3, n. 5, p. 4-20, Apr. 1989. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000100002&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 08 Fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000100002>.



- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. et al. **Gestão Ambiental**. São Paulo: MAKRON books, 2000.
- BARNI, Paulo Eduardo; FEARNSSIDE, Philip Martin; GRACA, Paulo Maurício L. de A. **Desmatamento no sul do estado de Roraima: padrões de distribuição em função de projetos de assentamento do INCRA e da distância das principais rodovias (BR-174 e BR-210)**. Acta Amaz., Manaus, v. 42, n. 2, p. 195-204, June 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0044-59672012000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672012000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 08 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672012000200003>.
- BARROS, YJ. Et all. Indicadores de qualidade de solos de área de mineração e metalurgia de chumbo. In: **R. Bras. Ci. Solo**, 34:1413-1426, 2010.
- BARTHOLO, Roberto S; BURSZTYN, Marcel. **Amazônia Sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1999.
- BERTRAND, George. **Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico**. Revista. RA'E GA, Curitiba, Editora UFPR. n. 8, p. 141-152, 2004. Tradução: Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na "Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest", Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Publicado no Brasil no Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972
- BOURGOIN, L.M; QUIROGA, I; CHINCHEROS J & COURAU, P. Mercury distribution in water and fishes of the upper Madeira rivers and mercury exposure in riparian Amazonian populations. In: **Elsevier The Science of the Total Environment**, 260. 73-86: 2000
- BRILHANTE, OM., and Caldas, LQA., coord. **Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 155 p. ISBN 85-85676-56-6 Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- BURSZTYN, Marcel. Et al. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Gestão Ambiental: Instrumentos e Práticas**. Brasília: IBAMA, 1994.
- CARVALHO, Terciane Sabadini; MAGALHAES, Aline Souza; DOMINGUES, Edson Paulo. **Desmatamento e a contribuição econômica da floresta na Amazônia**. Estud. Econ., São Paulo, v. 46, n. 2, p. 499-531, June 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612016000200499&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000200499&lng=en&nrm=iso)>. Aceso em 08 Fev. 2020.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: EDGARD BLÜCHER, 1999.
- CREPANI, E.; MEDEIROS, J.S.; AZEVEDO, L.G.; DUARTE, V.; HERNANDEZ, P.; FLORENZANO, T & BARBOSA, C. **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Zoneamento EcológicoEconômico e ao Ordenamento Territorial**. São José dos Campos: INPE, 2000.
- Fearnside, P.M., de Alencastro Graça, P.M.L. BR-319: Brazil's Manaus-Porto Velho Highway and the Potential Impact of Linking the Arc of Deforestation to Central Amazonia. **Environmental Management** 38, 705-716 (2006). <https://doi.org/10.1007/s00267-005-0295-y>
- FEARNSSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amaz., Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400**, 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0044-59672006000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672006000300018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 08 Fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672006000300018>.
- FEENY, D.; BERKES, F; McCay, B. e ACHESON, B. **The Tragedy of the Commons: twenty years later**. Human Ecology. 1990.
- FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166, Apr.** 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 08 Fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100010>.
- FERREIRA, M.B.M.; SALLES, A.O.T. POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA: ANÁLISE HISTÓRICO-INSTITUCIONALISTA DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS ESTRATÉGICAS. **Revista de Economia**, v. 42, n. 2, 2016.
- FILHO, Nilton Fornasari. Et al. **Alterações no meio físico decorrentes de obras de engenharia**. São Paulo: Institutos de Pesquisas Tecnológicas IPT, 1992.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. 5ª ed., São Paulo: Contexto, março de 1996.
- HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. Science 162:1243-1248, 1968.
- JR PHILIPPI, Arlindo; ROMERO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. Coleção Ambiental;1. Barueri, SP: Manole, 2004.
- LACERDA, L. D., SALOMONS, W., PFEIFFER, W. C. e BASTOS, W. R., **Mercury distribution in sediment profiles from lakes of the high pantanal, Mato Grosso State, Brazil**. Netherlands, Biogeochemistry 14:91-97, 1991
- LANNA, Antonio Eduardo Leão. **Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológico**. Brasília: Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1995.



LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

M. D., Purves, D., Souza Jr., C., & Ewers, R. M. 2013. Predictive Modelling of Contiguous Deforestation in the Brazilian Amazon. PLOS ONE, 8(10), 14.

MAIA, Nilson Borlina; MARTOS, Henry Lesjak; BARRELLA, Walter. *Indicadores ambientais: conceitos e aplicações*. São Paulo: EDUC/COMPED/INEP, 2001.

MOPU/PNUD/AECI. *Desarrollo y Medio Ambiente en América Latina y el Caribe: una vision evolutiva*. Madri, Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, 1990.

MOURA, A.M.M. (2016) Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, A.M.M. (org.). Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA. p. 13-44.

NUNES, D. D.; WATANABE, M.; NUNES, A. C. S.; CAVALCANTE, M. M. A. (2015). Formação socioambiental do estado de Rondônia. In: SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. (orgs.). *Formação socioambiental da Amazônia*. Editora do NAEA, Belém: p. 527-622.

NUNES, D.D. & CAVALHEIRO, F. Reflexões sobre Gestão Ambiental. *in: PRESENÇA*, nº 11, ano V, Porto Velho-RO, UNIR, 1998.

NUNES, Dorisvalder Dias. *Análise da Vulnerabilidade à Erosão em bacia Hidrográfica na Amazônia Sul Ocidental: estudo de caso na bacia do rio São Francisco – Rondônia (2011/2014)*. Porto Velho-RO. Relatório Final de Pesquisa, 2014. 59p.

NUNES, Dorisvalder Dias. *Vulnerabilidade Natural À Erosão Da Bacia Do Rio Mutum-Paraná, Porto Velho-Ro (2009-2011)*. Porto Velho-RO. Relatório Final de Pesquisa, 2012. 74p

PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, G. A criação de área protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. *Ambiente & Sociedade - Ano II – n. 5 – 2º Semestre* de 1999.

PFAFF, A.; BARBIERI, A.; LUDEWIGS, T.; MERRY, F.; PERZ, S.; REIS, E. Impactos de estradas na Amazônia Brasileira. In: KELLER, M.; GASH, J.C.H.; Dias, P.S. *Amazônia e Mudança Global*. Washington, DC: American Geophysical Union. 2009. p 101–116.

PINA, José Hermano Almeida. *Bacias hidrográficas e unidades de conservação no Brasil: um estudo sobre as dificuldades e perspectivas para uma gestão integrada*. 2016. 162 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2016.119>.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. “Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados”. In: Revista do Departamento de Geografia nº8, FFLCH-USP, São Paulo, 1994.

SCHMINK e WOOD, *The “Political Ecology” of Amazonia. Paginas in Land at Risk in the Third World*. Little & Horowitz (Eds). Westview Press: Bolder, 1987.

SILVA, L. M. Gestão ambiental de recursos hídricos: pressupostos básicos, conceitos, modelos e instrumentos. *Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 207-223, dez/2010*.

SILVEIRA, RB. Et all. Atributos microbiológicos e bioquímicos como indicadores da recuperação de áreas degradadas, no sul de Minas Gerais. In: *Revista Acadêmica: ciências agrárias e ambientais, Curitiba, v.2, n.2, p. 21-29, abr./jun. 2004*.

SOLTANI, A. & OSBORNE, T. *Arteries for Global Trade, Consequences for Amazonia: A Threat – Assessment Report Exposing Transportation and Energy Infrastructure Projects Planned for the Amazon Basin – Preliminary Findings*. Malibu CA, Ed. Amazon watch, 1997.

SPÖRL, Christiane. *Análise da Fragilidade Ambiental Relevante–Solo com Aplicação de Três Modelos Alternativos nas Altas Bacias do Rio Jaguarí-Mirim, Ribeirão do Quartel e Ribeirão da Prata*. 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

SPRÖL, C.; ROSS, J. L. S. Análise Comparativa da fragilidade ambiental com aplicação de três modelos. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 8, n. 1, p. 39-49, 2004. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.123868*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123868>. Acesso em: 8 fev. 2020.

STUTZ, F. P. & SOUZA, A. R. *The World Economy: resources, location, trade, and development*. 3. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

TRICART, Jean. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1977. 97p

VENTURI, Luis Antonio Bittar. *Parque Nacional das Emas: Gestão e Degradação*. São Paulo, DG/USP, março de 1996.

VIVACQUA, P. a. & STEHLING, S. M. F. A Logistic Project for South America’s Integration. Ciudad de México: *Seminário de la OCDE sobre Redes de Transporte Intermodal y Logística*, 1997 .

## ANEXO I (a situação descrita abaixo é hipotética)



Instituto Brasileiro de Ambiência Ecológica  
Processo administrativo ambiental: Fase apuratória e executiva  
Processo nº 23118.000435678/IBAE/Procuradoria da República

### DESPACHO DO PROCURADOR

Para Análise do Dr. Eustáquio Penudo Gogolês (Consultor da Natureza Engenharia Ecosistêmica)

Sr. Consultor,

Esta Procuradoria vem a Vossa Senhoria solicitar seja elaborada uma análise técnica sobre os fatos denunciados nos autos (segue em anexo), afim de que possamos a partir de seu laudo, ter base consistentes para proceder aos tramites processuais e legais que são demandados pela denúncia que passaremos a descrever.

### DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DA MATÉRIA:

O Parque Nacional das Emas é uma Unidade de Conservação (U.C.) que está localizado no município de Mineiros, no extremo sudoeste do estado de Goiás, próximo às fronteiras dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Situa-se na área nuclear do Domínio Morfoclimático dos Cerrados, com uma área de 131.832 há, conforme figuras 1 e 2:



Fig. 1 – Localização do Parque Nacional das Emas

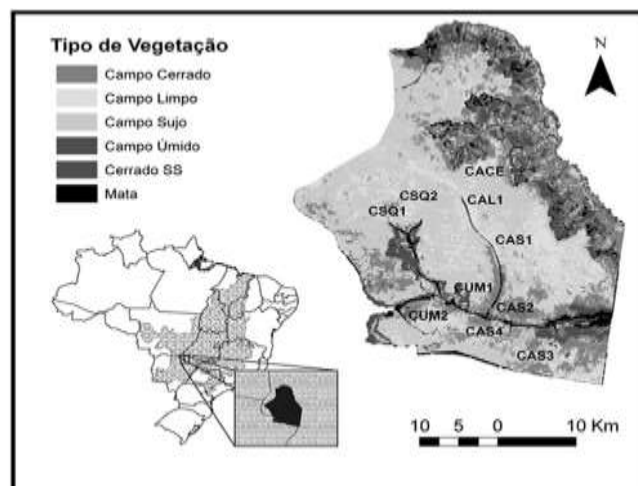


Fig. 2 – Características da Vegetação com base no Domínio Morfoclimático

Esta categoria de Unidade de Conservação enquadra-se no grupo das Unidades de Proteção Integral, conforme previsto no Artigo 7º da Lei nº 9.985 (SNUC), de 18 de julho de 2000. Com base neste enquadramento é justo afirmar que esta UC apresenta grande sensibilidade a processos de antropização pois caracteriza-se com uma área de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e



beleza cênica, o que possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, com severas restrições estabelecidas conforme indicado no Artigo 11 da Lei nº 9.985/2000. Também está regulamentada pelo Decreto nº 84017 de 21/09/79, situação que reforça seu *status* de área de preservação bastante frágil, vez que no Artigo 7º, Incisos I e II, do decreto supra, os Parques Nacionais devem resguardar *in totum* duas áreas definidas como: I - Zona Intangível, que se caracteriza por ser uma área onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação garantindo a evolução natural. E a II - Zona Primitiva, que é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.

#### **DO MÉRITO DA MATÉRIA E DOS FATOS DENUNCIADOS:**

O Ministério Público por meio de denúncias identificou uma série de problemas no PARNA/EMAS, tipificados pela Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98, de 12 de fevereiro de 1998), pois podem estar comprometendo a integridade da Unidade de Conservação, por conseguinte, qualquer possibilidade de se estabelecer uma correta Gestão do Parque. Soma-se neste contexto, perda dos padrões biogeográficos de distribuição e de fluxo gênico das espécies, somados a outros impactos no ecossistema do referido parque.

1ª Solicitação: Assim sendo, solicitamos parecer técnico consubstanciado, de modo que possam ser avaliados por vossa consultoria, aspectos legais, biogeográficos, ecossistêmicos, sociais, conjunturais e de gestão ambiental do PARNA/EMAS, tomando como base os problemas abaixo relacionados, caracterizados e tipificados no âmbito das seguintes denúncias:

**Denúncia 01** - Cabeceiras e margens dos mananciais estão sendo desflorestadas para uso de madeira como lenha e carvão. Essas atividades estão dentro das Zonas I e II do Artigo 7º do Decreto nº 84017/79;

**Denúncia 02** - Existem cercas cortando a área nuclear da Unidade de Conservação;

**Denúncia 03** - O entorno da área está sob pressão de fazendeiros da soja, o que pode afetar fluxos gênicos entre as espécies;

**Denúncia 04** - Famílias Tradicionais estão caçando na Unidade de Conservação para seu sustento. Atividades comerciais da caça podem estar acontecendo;

**Denúncia 05** - Algumas zonas de Declividade, em função de terem sido desmatadas, estão com forte ravinamento e alguns rios já apresentam sinais de assoreamento;

#### **DOS AGRAVANTES (AGT):**

AGT 01 - A responsabilidade administrativa da área está sendo terceirizada pelo poder público por falta de recursos financeiros para contratação de pessoal qualificado;

AGT 02 - A fiscalização é insuficiente e com indícios de corrupção ativa do órgão responsável;

AGT 03 - A política nacional de incentivo à produção de soja e de gado avança para zonas de borda do PARNA/EMAS.

AGT 04 - O Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura não estabelecem diálogo cooperativo entre as pastas.

#### **DA ANÁLISE E PARECER**

Por fim, com base nos problemas acima definidos, solicitamos (2ª Solicitação) de Vossa Senhoria PARECER técnico utilizando-se da legislação pertinente, de tal maneira que se discuta:

- CONTEXTO POLÍTICO
- CONTEXTO DA GESTÃO AMBIENTAL (ver 1ª Solicitação)
- O DIAGNÓSTICO LEGAL
- PROGNÓSTICO DA SITUAÇÃO APONTANDO CENÁRIOS PROVÁVEIS
- INCONGRUÊNCIAS LEGAIS E/OU AMBIENTAIS/IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE À LUZ DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE
- ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES

Afim de que o Ministério Público tome as devidas providências.

Mineiros-GO, 06 de novembro de 2020.

Atenciosamente,

Procurador Eusébio Desconfiação  
Ministério Público Federal

## ANEXO II

---

### RELATÓRIO TÉCNICO DA CONSULTORIA

O Relatório Técnico deverá apresentar o seguinte *layout*:

- Capa Técnica com dados da Consultoria;
- Resumo e abstract com no máximo 250 palavras cada, espaço simples, letra tamanho 8, Times New Roman;
- Cinco palavras-chave;
- Sumário, Introdução;
- Contextualização do Tema alvo da análise do(a) Consultor(a);
- Análise do mérito da matéria com diagnóstico legal; prognóstico; incongruências, contradições ou imprecisões legais e conceituais à luz do conceito de gestão ambiental; soluções e/ou alternativas ao problema apresentado alvo das denúncias;
- Identificação do autor em nota de rodapé na primeira página, espaço simples, letra tamanho 7;
- Deverá ser escrito individualmente; com no máximo 08 páginas e no mínimo 06, com espaço 1,5 letra tamanho 11, Times New Roman;
- Deverá seguir os padrões de escrita científica utilizando-se para isto, as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR-6023);
- Quesitos a serem observados na correção do Relatório:
  - Originalidade do trabalho, português, robustez do texto; objetividade técnica com precisão de análise; boa formatação; relação com o trabalho de dissertação e pertinência com a Geografia e com Gestão Ambiental;
- O relatório deve apresentar referencial bibliográfico utilizado;
- Data de entrega dos relatórios: **14 de dezembro de 2020** (não serão aceitos trabalhos após esta data, exceto se o motivo da não entrega for ocasionado por problemas de saúde – comprovada por atestado médico);
- Os relatórios deverão ser encaminhados na forma digital/PDF para o e-mail: [dorisval@unir.br](mailto:dorisval@unir.br) ;

Boa Sorte!